

PODER E SEXUALIDADE DA INFÂNCIA À RESSURREIÇÃO DO JOÃO IMACULADO

POWER AND SEXUALITY FROM CHILDHOOD TO THE RESURRECTION OF JOÃO IMACULADO

André Luis Mitidieri
Donato José do Prado Neto
UESC

Resumo: O presente estudo, a partir do romance *Acenos e afagos*, de João Gilberto Noll (2008), busca analisar, a par da teoria foucaultiana, uma genealogia do poder e da moral, assente nas relações de poder, concretizadas pelo discurso. De modo mais específico, é analisada a representação jurídico-discursiva do poder sobre o sexo, observando quatro dos seus elementos à luz dos estudos de Michel Foucault: a) relação negativa; b) a instância da regra, c) o ciclo da interdição, d) a lógica da censura. Para tanto, realiza-se uma investigação de base metodológica qualitativa, pautada na revisão bibliográfica. Enquanto resultados, busca-se verificar principalmente como a sexualidade não se prende a determinada “representação jurídico-discursiva do poder”, subvertendo a temática da repressão dos instintos e a teoria da lei, sobretudo pela expressão dos desejos e construção de subjetividades plurais de resistência ao controle dos corpos e da sexualidade.

Palavras-chave: João Gilberto Noll. Diversidade sexual e de gênero. Reflexão foucaultiana.

Abstract: *The present study, based on the novel *Acenos e afagos*, by João Gilberto Noll (2008), seeks to analyze, along with Foucauldian theory, a genealogy of power and morality, based on the power relations, concretized by discourse. More specifically, the legal-discursive representation of power over sex is analyzed, observing four of its elements in the light of Michel Foucault's studies: a) negative relation; b) the instance of the rule, c) the cycle of interdiction, d) the logic of censorship. For this, a qualitative methodological investigation is carried out, based on the bibliographic review. As results, it is sought to verify mainly how sexuality is not attached to a certain “legal-discursive representation of power”, subverting the thematic of the repression of the instincts and the theory of the law, mainly by the expression of the desires and construction of plural subjectivities of resistance to the control of bodies and sexuality.*

Keywords: *João Gilberto Noll. Sexual and gender diversity. Foucauldian reflection.*

O romance *Acenos e afagos*, publicado em 2008, pelo escritor rio-grandense João Gilberto Noll (1946-2017), desdobra-se em torno do itinerário da personagem central, e também narrador, João Imaculado, desde a infância à ressurreição, compondo-se de dois contextos centrais. O primeiro descreve-o ainda casado, mas já apaixonado pelo amigo desde criança, sem algemas morais, em busca

de parceiros sexuais em Porto Alegre. Já no segundo, imerso em paixão pelo “engenheiro baiano”, o narrador-personagem é agredido e assassinado por um garoto de programa. Após ressuscitado, vê seu corpo transformar-se em feminino e passa a viver sua relação afetiva, na região central do Brasil, com o engenheiro que conhecia desde criança.

A incansável busca por sexo é perceptível desde os reveladores acontecimentos destacados nesses primeiros momentos narrados pelo protagonista que, embora vivencie contextos repressores ao longo da vida, não se furta a viver experiências desejadas, mesmo que, para isso, precise às vezes encontrar subterfúgios. Em constante luta entre desejos e normas socioculturais, ora se vale do confronto, ora da complementaridade, entre o sexual e o religioso. Em várias ocasiões, entretanto, seus pensamentos fogem a uma concepção de sexualidade normatizada, como no seguinte trecho:

Os corpos a que eu estaria renunciando não pesariam. Fecharia os olhos sobre o corpo de minha fêmea e imaginaria estar fodendo com a carne do mundo inteiro. **Eu fora feito para essa epopeia libidinal.** Copularia com todos os meus parceiros em um só corpo e em uma só vez – e eventualmente com parceiras e tantos outros bichos mais (NOLL, 2008, p. 48, grifo nosso)¹.

No trecho grifado, a entrega ao sexo convive com o assentimento de um tipo de predestinação, quando João Imaculado se vê como quem fora concebido para uma finalidade — epopeia da libido — a qual se dá com um e todos os corpos, desde os parceiros habituais aos animais, como a reiterar anunciada disponibilidade às atividades sexuais. Mostrando-se aqui para além dos tabus ou da repressão, em alguns momentos, todavia, ele parece advertir-se por um senso repressor implícito. Importante considerar que Michel Foucault (1988), na *História da sexualidade I: A vontade de saber*, pondera: “[...] no início do século XVII ainda vigorava certa franqueza, as práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce” (p. 9).

Havia, pois, relação de tolerante familiaridade com o discurso em torno ao sexo, códigos da obscenidade e da decência eram mais flexíveis se comparados aos do século XIX:

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo [...] Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 1988, p. 09).

Foucault rebate ideias, sobretudo, do psicanalista austríaco Wilhelm Reich (1897-1957) e do sociólogo e filósofo alemão Herbert Marcuse (1898-1979), sobre a repressão sexual atrelar-se ao desenvolvimento do capitalismo. Segundo esses estudiosos, não se tolerava que trabalhadores desperdiçassem energias com prazeres que não fossem estritamente voltados à reprodução. Entretanto,

¹ Demais citações desse romance também foram retiradas da edição referida na seção específica ao final do artigo e, para identificá-las, terão a sigla AEA, acompanhada dos números das respectivas páginas.

sanções e limitações sofridas pela sexualidade ultrapassam a “hipótese repressiva” que, negada por Foucault (1988), não deixa de ser por ele afirmada. Como esclarece Roberto Machado (2017), a proposição foucaultiana é a seguinte:

[...] com o surgimento do capitalismo, em vez de a repressão sexual atingir mais fortemente a classe operária para aumentar sua força de trabalho, o controle da sexualidade atingiu primeiro a burguesia, e isso por dispositivos normalizadores, e não propriamente repressivos. Estamos em presença mais de uma expressão do que de uma repressão, de uma vontade de saber sobre a sexualidade, peça das estratégias de controle dos indivíduos e das populações características das sociedades modernas (p. 41).

Buscamos verificar principalmente como a sexualidade não se prende a determinada “representação jurídico-discursiva do poder” que, segundo Foucault (1988), comanda a temática da repressão dos instintos e a teoria da lei, enquanto constitutiva do desejo. O que as diferencia é “[...] a maneira de conceber a natureza e a dinâmica das pulsões; não é a maneira de conceber o poder” (p. 80). O pensador francês enumera cinco principais traços dessa representação: a) relação negativa; b) instância da regra, c) ciclo da interdição, d) a lógica da censura; e) unidade do dispositivo. No primeiro deles, o poder se exerce por meio de mascaramento, recusa, rejeição, barragem e exclusão, a única coisa que consegue fazer contra a sexualidade é dizer-lhe não. O segundo traço basicamente determina a lei pertinente ao sexo — o que implica reduzi-lo ao binarismo proibido *versus* permitido; lícito *versus* ilícito —, todavia, permite entendê-lo e compreendê-lo a partir de sua relação com os procedimentos legais.

No romance analisado, a relação negativa pode ser encontrada no antagonismo entre a nomeação do protagonista e seu significado histórico: João é nome bíblico, identifica santos da tradição católica, inclusive o apóstolo predileto do Cristo; de origem hebraica, significa cheio de graça e misericordioso, o que lhe atribui alto grau no âmbito religioso. Contudo, Noll enfatiza a fragilidade identitária do indivíduo que preza pelo anonimato, desprende-se dessa singularidade e inverte o sentido referente a certo e errado, puro e maculado, santo e profano, incorporando-se numa personagem amoral (JIMENEZ, 2011).

João Imaculado não cabe nesses pares opositivos, a julgar como lhe afeta o ânus do colega de infância, durante brincadeira ocorrida no corredor do consultório de um dentista:

De repente, aflito, trêmulo, o guri me trouxe o cu para perto da minha boca. O cu cheirava, um cheiro de intimidade abusiva, mas não havia como desdenhar essa intimidade, pois era justamente ali que eu viajava inebriado no mais secreto dele, sem nada pedir ou oferecer, sem nada pensar. Eu solenemente **escondia** dele o meu envolvimento com o seu cu. Era justamente ali que a vontade de se misturar mais me tomava. Cheguei bem perto e lambi. Ele estremeceu (AEA, p. 10, grifos nossos).

Ainda que não tenha havido consumação do ato sexual entre os dois garotos, o narrador-personagem lembra-se recorrentemente do contato com o corpo do menino, mais tarde, revelado como o engenheiro com quem passaria a viver. Nesse momento, o “imaculado” se amolda ao papel daquele que não tem mácula, ou seja, não pratica a maldade em si, pois suplanta a imoralidade e se projeta como um ente amoral. Em contrapartida, a passagem indicia a disponibilidade do protagonista

para o fácil envolvimento com questões libidinosas, o que se transformaria na busca incansável pelo sexo.

O clima que cerca a cena sugere um tipo de mascaramento, quando a personagem declara que tentava ocultar o seu desejo pelo cu do coleguinha: “Fomos abaixando nossas calças curtas e ficamos de joelhos, um de costas para os outros. Essa posição, talvez, servisse para nos camuflar um pouco diante de algum brusco olho com bom trânsito no prédio” (AEA, p. 08). A seguinte passagem também implica rejeição do outro menino às potenciais ações de João Imaculado e uma reação negativa à prática sexual:

Então o guri que me esmagava **desenhou o gesto de me estrangular** e então enfiei a mão por entre os corpos e peguei com gana o pau dele duro. **Foi o que bastou para ele retirar seu peso de cima do meu corpo ainda franzino.** Soltos agora daquele enrijecido abraço, suspirávamos em quase gemidos. O ruído aflito da broca não cessava. A possibilidade de sermos pilhados pelo dentista mais dramatizava o sentimento meio fosco **entre o gozo e sua imediata negação.** Para fugirmos do dilema, lutávamos, lutávamos sempre mais, rolávamos [...] (AEA, p. 08, grifos nossos).

O encontro entre João e o seu amigo no consultório odontológico começa a desvelar uma cumplicidade a se estabelecer entre ambos, ainda que constantemente marcada pela tensão entre a negativa do sexo, o desejo e a repulsa, jogo ao qual se acrescenta o cerceamento aos comportamentos sociais. A possibilidade de serem vistos atracados, sentindo um misto de prazer e rejeição em estarem daquele modo, levava-os a disfarçarem e, assim, entravam em constante luta, para fugirem do dilema no qual se viam enredados. Era preciso camuflar o que sentiam, negar a atração, como lhes fora ensinado e, por isso, buscavam fugir tanto ao possível flagra do dentista quanto ao olhar de outra pessoa.

A possibilidade de serem flagrados pelo dentista naquele momento também os excitava: “Contávamos com a ameaça de o dentista abrir a porta a qualquer momento e nos flagrar no árduo impasse carnal. O perigo constituía-se num ingrediente tentador a mais para um novo arranque do erotismo naquela dispersão erógena da infância” (AEA, p. 9-10). Apresenta-se, assim, a recriminação enquanto elemento que tanto evidencia a negação do sexo quanto propulsiona o desejo. Como forma de burlar a condenação ao seu comportamento e o ensinamento de “[...] que o sexo deveria ser feito entre um homem e uma mulher, e que dessa luta em meio aos lençóis se gestaria a criança” (AEA, p. 9), João se tornava cúmplice do amigo na intimidade do prazer. Para isso, adotavam a negação, a luta, o disfarce, mas sentiam o desejo a uni-los, a partir das experiências de crianças que começavam a conhecer o próprio corpo e o corpo do outro.

Os mecanismos de controle alcançam o senso de moralidade das crianças, inculcando-lhes medo e insegurança, como exemplifica este trecho do romance em que o sexo paulatinamente experienciado, e também acessado por meio de texto, corre o risco de ser barrado, não por fato concreto, mas passível de ocorrer, ou seja, negativado previamente na imaginação:

Éramos moleques que se reinventavam a cada sinal de puberdade. Meu pai me dera um livro sobre as coisas do sexo, cujo autor, João Mohana, pontificava como padreco

que era. Nunca punhetei tanto quanto durante a leitura desse manual. Várias páginas manchadas pelos jatos da minha grande novidade da época –, sim, o sêmen. O fato de estar ali, de pinto duro, não poderia ter sido previsto, mas agora acontecia, e ninguém se dava conta se era um disparate ou simplesmente uma iniciação ao transe. Comparávamos nossos cacetes: eu com uma glânde ainda renitente para sair do ninho do prepúcio, e o meu colega exibindo um pau com a glânde liberta do prepúcio, glânde orgulhosa em tons de rosa e roxo. Contávamos com a ameaça de o dentista abrir a porta a qualquer momento e nos flagrar no árduo impasse carnal. (AEA, p. 09).

O traço normatizador do texto lido pelo menino, visto conjugar sexualidade na perspectiva do autor religioso, mais desperta o desejo e a vontade da masturbação do que, especificamente, o controle corporal e sexual. Ao denominar Mohana como um “padreco”, João permite entrever que as lições apresentadas não fariam necessariamente sentido, devido ao deboche verificado nesse tratamento, aliado ao fato de ter manchado o livro de sêmen e ao inusitado da situação em que os garotos comparam os pênis. Contudo, ao entregar um livro desse tipo ao filho, o pai delineia cerceamento à subjetividade, visto que um dos seus intuitos seria o conhecimento da sexualidade pelo viés do padre-autor. O manual oferecido como tutorial de masculinidade implica cuidado ou omissão quanto à vida sexual do garoto. Talvez denote preocupação com os sinais de que esse não se conformasse com a limitação imposta, ainda que exercida de forma tácita, por ser uma criança.

A presença da moral cristã, qual fantasma aterrorizador, é perceptível tanto naquela espécie de guia para uma conduta sexual aceitável a fim de se viver em sociedade, quanto na apreensão que funciona, para os meninos, como possibilidade sempre anunciada de recusar a prática sexual. Se a recusa, a rejeição, a barganha e o mascaramento não bastam para obstar o sexo e o “uso dos prazeres”, no que concerne à instância da regra, o poder age pronunciando-a, isto é, por intermédio da linguagem, “[...] ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito” (FOUCAULT, 1988, p. 81).

Embora possa atrelar-se ao mecanismo simples que se move, segundo a lei, pela proibição, censura, coação e submissão, a sexualidade sujeita-se a algumas concessões:

Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. O *rendez-vous* e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica [...]; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. Somente aí o sexo selvagem teria direito a algumas das formas do real, mas bem insularizadas, e a tipos de discurso clandestinos, circunscritos, codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu triplice decreto de interdição, inexistência e mutismo (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Quanto ao último desses aspectos, no submarino alemão – destinado à prática da orgia, sob a fachada de uma viagem –, os atos realizados em surdina tinham aval coletivo, conferido pelo costume capaz de safá-los da censura ou da punição por manifestações relacionadas à homossexualidade. A escotilha servia como portal de acesso a um mundo que diferia do cotidiano de cada um deles,

denotando procedimento que já ocorria em alguns nichos sociais urbanos, mas de formas veladas, circunscritas a códigos verbais e não-verbais:

Passávamos as noites no então Bar ‘Torpedo’, de um italiano conhecido da turma, situado nos arredores da Praça da Alfândega, na época uma praça razoavelmente cândida. Nos considerávamos o que então se chamava de ‘entendido’. Sempre gostei dessa palavra, pois dava a ideia de idílios secretos, só para iniciados, vividos nos subterrâneos de certas madrugadas. ‘Entendido’ poderia designar também aqueles que na claridade do dia eram vistos como machos integrais, noivos até, acima de qualquer suspeita. Mas nas horas submersas lá iam provar do pote ansiado (AEA, p. 22).

Importa notar analogias entre o submarino e “locais para entendidos”, gíria utilizada na segunda metade do século XX para se referir a homossexuais. O estabelecimento nomeado como “Torpedo” remete a um engenho explosivo comum naquelas embarcações navais e, ao pertencer a um italiano, faz menção indireta ao fascismo e sua ligação com o nazismo germânico. Por sua vez, a Praça da Alfândega traz explícito, em seu nome, o lugar por onde começa ou termina toda viagem que ultrapassa o limite exterior de um dado território. Também é possível considerar a palavra “subterrânea” como antônima a “submarino”, indicando os antagonismos envolvidos em cada um de tais espaços em que impulsos sexuais precisariam invariavelmente de “certas madrugadas” ou do breu do fundo do mar, isto é, de obscurecimentos que escapem aos olhares intolerantes e até incapazes de compreendê-los.

A seguinte passagem reforça a antinomia entre atos realizados na superfície urbana e lugares abaixo da terra, utilizados para as práticas sexuais, cujas escuridões se contrapõem à claridade da projeção fílmica, recuperando outra similaridade observada na citação anterior:

[...] sentando vi que projetavam um filme acerca de certas milícias ambigualmente nazistas. Essas milícias noturnas incendiavam bancos judeus, livros, teatros, tudo. Mas depois do serviço se metiam em buracos. Dirigiam-se a locais debaixo de pontes, ruelas úmidas sem saída, esgotos habitados por ratazanas ou homens com desejos inexprimíveis e muitos hotéis de orgias lacerantes. Aventuravam-se pelas madrugadas sempre no intuito de explorarem um o corpo do outro (AEA, p. 24-25).

Esse fragmento permite explorar a dualidade das milícias nazistas que, à luz do dia, investidas de seus símbolos, a exemplo das suásticas e do fardamento, bem como guiadas por uma ideologia de suposta pureza racial, agiam a fim de vigiar, punir e “purificar” tudo o que fosse visto como contrário ao arianismo. À noite, por caminhos escusos, escondiam-se debaixo da terra em busca do próprio desejo que tanto condenavam, considerando o fato de que muitos homossexuais foram assassinados pelos defensores do nazismo. No filme exibido, as cenas que desvelam condutas sexuais operam como reprodução das práticas noturnas:

Na tela viam-se caralhos monumentais saindo de braguilhas sujas de sangue, vômito, porra e caralho. Viam-se franguinhos adolescentes chupando o pau do coronel na farda de gala. Esse militar quando não estava sendo sorvido pela garotada, inspecionava com galhardia as atividades incendiárias (AEA, p. 25).

Notamos um espaço de desvencilhamento em relação à instância da regra e suas alternativas ou etapas do prazer: a) sangue, como referência à possibilidade de dilaceramentos de vasos na região retal durante o coito anal; b) vômito, aludindo à felação que, em momentos de introdução do falo na garganta, pode levar ao regurgito; c) líquido seminal, como resultado do clímax orgástico; d) caralho, parte imprescindível dessa cópula, embora o centro de evidência ao longo da trama seja o ânus, no decorrer da história ocidental, sempre relegado a segundo plano ou mesmo negado como zona erógena.

Essa relação negativada relaciona-se ao terceiro traço identificado por Foucault (1988) na representação jurídico-discursiva do poder sobre a sexualidade. Trata-se do ciclo da interdição, circunscrito nas proibições: “não tenhas prazer, não fales, não toques, não consumas, não te aproximes, não apareças” (p. 81). O poder apenas determinaria uma lei de proibição para que o sexo abdique de si mesmo, utilizando por veículo a intimidação como medida punitiva: “Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação” (p. 81).

Em relação ao “não fales”, o filósofo leva a questionar a intensidade duma proibição e o quanto, após estabelecida e incorporada pela cultura, pode influir nas decisões e nos pensamentos, como exemplifica o relato do narrador-personagem de *Acenos e afagos*:

Juramos não contar essa tarde a ninguém. Nunca. Nós a enterrariamos um pouco em cada um e, quando estivéssemos crescidos, a imagem da luta no chão frio já estaria esfarelada, sem que soubéssemos reaver os fragmentos. E nos fizemos de túmulo, para enterrar de vez o brinquedo que cada um criara no corpo do colega (AEA, p. 11).

Reparamos a questão do “não fales”, mesmo na concepção infantil da ética comportamental vigente naquele lugar. Em outro momento, João Imaculado se desvencilha das amarras regulatórias, quando evidencia como era ardente e intenso o desejo pelo amigo, mas sugere um mecanismo limitador do prazer ao utilizar a expressão “sóbria”:

Arfávamos, queríamos morrer de excitação. E nada. O expediente tinha se encerrado. Os dois personagens então se distanciam, mesmos tentados a mirar a virilha esquerda do vulto em frente. Frustrados, emudecem a linguagem dos corpos, tornam-se novamente impermeáveis a tudo o que ultrapassar as trocas sóbrias e sucintas. Alguém acionava a nossa coreografia? No entanto, cada coisa em mim ardia, cada coisa se sensibilizava para o toque alheio e inaugural (AEA, p. 23-24).

O dilema entre o seu interior e a performance que desempenhava na maior parte do tempo, no sentido de dissuadir seus impulsos, faz-se paralela a determinada relutância entre suas atitudes e o que se considerava moralmente correto. Tal condição pode ser observada no instante em que se deparou com o filho nu, referendando as interdições mencionadas por Foucault (1988) – “não toques, não consumas, não te aproximes” (p. 81):

Meu filho nada borboleta. Sim, nunca o vi nu. Ele nada borboleta com seu belo físico, de verdadeira fibra atlética. À noite vou bater no quarto dele, pedir que me conte o que anda lendo. Por enquanto ele nada borboleta com seu tórax de cinema.

Quando volta ao vestiário, vou atrás. Ele se seca, nu. **Olho a sua nudez** e penso que eu sou um dos responsáveis por ela. **Ele é um homem, e eu devo tirar os olhos do seu corpo e lhe falar com voz de pai. Cheio de disfarces encosto meu olhar em seu tronco, ando por sua barriga, desço mais, o pau circuncidado**, encosto agora o olhar em suas pernas musculosas, em seus pés de dedos meio murchos devido à água da piscina. Volto a subir pelo mesmo corpo, subo mais, mais, quando ouço a sua voz exclamar ‘pai!’? Parece ter perguntado algo que prefiro não entender (AEA p. 57, grifos nossos).

A cena narrada traz o narrador-personagem dividido entre deveres paternos, que lhe orientam a não observar o corpo desnudo, e o deleite, anunciado no olhar que é muito mais de um homem para outro homem do que de pai para filho. O possível incômodo que a cena pode causar refere-se, de modo mais específico, às condenações morais evocadas, pois socialmente é condenável e reprimível que sinta prazer de conotação sexual ao ver o jovem nadador despido. Os trechos grifados com termos como “devo” e “disfarces” sugerem a tensão entre a repreensão, a censura e o desejo que se apresenta.

Os atos do narrador-personagem impregnam-se de uma espécie de (auto)punição que, em alguns momentos, demonstra como se impõe a negação da sexualidade, por meio da afirmação de sua inexistência. Assim, permitem notar outra interdição observada por Foucault (1988, p. 81) – “Não apareças” – quando evidenciam emulação presente na vida ambígua do engenheiro, a se comportar conforme a situação lhe permitia:

Em terra ele ordenava metodicamente suas ocupações. E gostava de mencionar que residia nesse ponto sua qualidade mais decantada, se ele de fato possuísse alguma. Agora estava ali, completamente entregue àquelas manhas masculinas em dimensões marítimas. Eu percebia que as horas ainda aguardavam que o engenheiro as ocupasse novamente com serenidade e previdência (AEA, p. 29-30).

O narrador parece encontrar, nesse espaço transitório do romance, um local de fuga às regulações do poder, que atingem as condutas mais individualizadas. Entretanto, conhece algo que não poderia comentar ou divulgar:

Quando chegássemos ao destino, se destino existisse, **eu não falaria a ninguém sobre aquela excursão ilhada**. Relatei ao engenheiro esse plano em aberto para a fase posterior à minha temporada aquática, e em troca da lealdade canina eles me ofereceriam um serviço para me ocupar lá dentro. Talvez um trabalho escravo. Com certeza em troca de duas refeições diárias e olhe lá. Na manhã seguinte eles me trariam o nome da função. **Antes eu poderia oferecer o meu silêncio aos mistérios do mar**. Os mistérios devem gostar de não serem nomeados. Sua força vem do esgotamento do léxico. Por isso são mistérios, se escondem do outro lado da expressão. **Ali, os canais do eu ficariam obstruídos para qualquer curiosidade malsã. Os segredos do submarino tinham tal força, que passavam a se apagar até no íntimo de seu guardião** (AEA, p. 29, grifos nossos).

Vemos também o silenciamento de Imaculado como proibição, pois em meio a encenações (auto)impostas, opta por não expressar sentimentos que, socialmente, não deveria verbalizar. Portanto, discursos e silêncios não se opõem ou se submetem passivamente ao poder, visto serem tanto seus

instrumentos quanto seus efeitos. No Ocidente, as formas de interdição, mutismo e pressuposição de inexistência do sexo, entre os séculos XVII e XIX, demarcaram tabus, mas não impediram o interesse sobre o assunto, muito menos extinguiram o desejo de ler ou escrever a respeito dele. Além de gerar sofrimentos e punições, individuais ou coletivos, a repressão também provocaria o sexo a se expor.

Embora tal processo se intensificasse com o surgimento do capitalismo, Foucault (1988) adverte:

[...] gostaria de desvincular a análise dos privilégios que se atribuem normalmente à economia da escassez e aos princípios de rarefação, para, ao contrário, buscar as instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos); gostaria de fazer a história dessas instâncias e suas transformações (p.17).

O filósofo propõe três questionamentos à “hipótese repressiva”: a) é possível considerar a repressão do sexo como uma evidência histórica em que, a partir do século XVII, realmente se instaurou ou se acentuou um regime de repressão ao sexo?; b) a mecânica do poder pode realmente ser considerada como de ordem repressiva, sendo a interdição, censura e negação, de fato, as formas pelas quais o poder se exerce de maneira geral?; c) existiria mesmo uma ruptura histórica entre a Idade da Repressão e a análise crítica da repressão? O discurso acerca da sexualidade humana se apoiaria mesmo no regime de poder-saber-prazer cujo funcionamento e razões de ser tornam-se alvo da reflexão foucaultiana:

[...] o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a ‘colocação do sexo em discurso’. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber sob que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos, o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas (FOUCAULT, 1988, p. 16).

O discurso do poder atingiu sutis formas do desejo, da mesma forma, acessou e controlou o prazer cotidiano por meio de “[...] efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas, também, de incitação, de intensificação, em suma, as ‘técnicas polimorfos do poder’” (FOUCAULT, 1988, p. 17). Porém, o discurso sobre o sexo continuaria a se propagar e, a partir do século XVIII, intensificou-se, trazendo consigo, como visto, todo um mecanismo destinado a produzir discursos, que não se restringiria aos domínios do cristianismo ou à economia dos prazeres individuais, conquanto apoiado e relançado por instrumentações que, em tese, resguardariam “interesse público”.

Como uma das peças que movem esse aparato, a “lógica da censura” funcionaria ao negar que o sexo exista, assegurar o que não é permitido e evitar que se fale sobre o assunto: “[...] liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro” (FOUCAULT, 1988, p. 82). O romance analisado contempla relação aparentemente

paradoxal entre a intensificação discursiva da sexualidade e sua negação (por meio da ordenação religiosa e até de certa aspiração divina):

Eu queria ser Deus, isso estava claro, e desconfiava de que, para seguir a carreira divina, seria preciso uma imaginação teológica com outra face. Como por exemplo sair do seminário, do armário, me entregar ao roubo, ao crime, às ofensas carnis, ao vício e daí não mais retornar. O diabo era doce. No ermo da figura peçonhenta quero ir como mulher. Pois faço ideia das artes demoníacas do amor na modalidade feminina (AEA, p. 16).

Para o protagonista, evadir-se do seminário corresponderia a livrar-se da censura religiosa que visava domesticar os corpos vistos como indóceis, porém, as motivações para continuar não estavam no campo da fé. Sua concepção era mais pragmática, contemplava tanto a sobrevivência, dadas as condições financeiras familiares, quanto o gosto por lá observar e ter intimidade com outros rapazes. O abandono daquele ambiente levaria a uma libertação mais física do que espiritual, e conjugada à “saída do armário”, portanto, atuaria no sentido de reverter a negação da sexualidade.

João Imaculado radicaliza e assume que a libertação se faria possível no campo dos crimes e dos vícios, oposto à moralidade e à aceitação social. A desejada liberdade sofre impeditivos capazes de penalizarem a fugas e subterfúgios, mas também a caminhos proibidos, nos quais supostamente não seria preciso negar a sexualidade. Ao aliar questões divinas e mundanas, bem como ao afirmar o desejo por uma identidade feminina, o narrador-personagem realça a dualidade entre os sentimentos internos e a realidade externa, além de trazer ao texto imagens construídas pela moral cristã que julgaram a mulher como sedutora e pervertida. Em correlato, faz observar que a busca pelo sexo é também interditada em função da lógica paradoxal que o incentiva e o cerceia.

Cumprido lembrar que, a partir do Concílio de Trento (1545-1563), a Santa Sé decretou inovações nos modos de confissão: do ato sexual, para as inquietações geradas pelo desejo, o que pertencia ao domínio interior se exteriorizava. Convertendo-se num dos meios destinados a extirpar a verdade de si, e a amortecer as inclinações da carne, tal modificação bem mais tarde contribuiria para afirmar uma “ciência-confissão”:

[...] em ruptura com as tradições da *ars* erótica, nossa sociedade constituiu uma *scientia sexualis*. Mais precisamente, atribuiu-se a tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo, e isto tentando ajustar, não sem dificuldade, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico. A *scientia sexualis*, desenvolvida a partir do século XIX, paradoxalmente, guarda como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva, que constituiu, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade do sexo. Desde o século XVI, esse rito fora, pouco a pouco desvinculado do sacramento da penitência e, por intermédio da condução das almas e da direção espiritual — *ars artium* — emigrou para a pedagogia, para as relações entre adultos e crianças, para as relações familiares, a medicina e a psiquiatria (FOUCAULT, 1988, p. 63, grifos do autor).

Não se tratava apenas de confessar o ato sexual em si, implicava a reconstituição detalhada dos pensamentos, tipos de prazer, obsessões etc., de modo que, caso divulgados nessa época, trechos como

o exposto a seguir poderiam sofrer sanções do Tribunal do Santo Ofício:

Preciso fechar os olhos para poder baixar a carne diáfana, mental, que me salvará da solidez na cama diária. Quem sabe que está para baixar? A face ainda aguada a se aproximar parece por enquanto indecifrável. Antes de receber as linhas dos contornos desse visitante, me adianto mergulhando de vez a aparição na retaguarda das retinas. Assim eu a projeto sobretudo sobre mim mesmo. Não há mal em tentar incubá-la atrás da pálpebra. Aqui dentro ela evolui e me concebe seu encanto obscuro e singularíssimo. É quando compreendo que, sem me dar conta, gozei com a aparição da imagem fugidia. [...] essa imagem à meia-luz diluiu-se para nunca mais voltar. Era de alguém preciso? Em princípio era. No entanto, ao final, já se via uma segunda imagem a encobrir a outra, e mais para o final ainda, uma terceira, e haveria quem sabe uma quarta [...]. (AEA p. 40).

O narrador-personagem preocupa-se quanto às palavras adequadas, como uma espécie de preliminar à confissão do gozo. Mais do que simples satisfação, o clímax corpóreo encerra a reflexão foucaultiana de que prazeres mais específicos se agenciavam a fim de manter um discurso de verdade acerca deles mesmos. Na citação antecedente e na posterior, a narrativa entrecruza-se com ideias de Foucault (1988) sobre a necessidade de se falar sobre o que permeava o costume individual e coletivo das práticas, e até dos pensamentos, relacionados ao sexo: “Eu precisava da audiência de, pelo menos, mais dois ouvidos além dos meus. O que aconteceria se eu as descortinasse para o engenheiro?” (AEA, p. 108).

Retomando vinculações, à primeira vista, não permitidas, entre o sagrado e o profano, um trecho da obra literária em análise cria fecundo paradoxo:

A mão nos botões não é um gesto menos nobre do que o da mão sobre a Bíblia. Ambas tocam num fetiche, seja botão, seja a Bíblia, para dar início aos trabalhos de realimentar nossa fome infinita. Quando, porém, me encontro em rasgada simpatia ao lado de alguém por quem nutro um afeto sólido, nascido anteriormente, preciso fechar os olhos ao sentir as primeiras contrações na base do cacete para o impulso ao jorro (AEA, p. 39).

As imagens da Bíblia e do botão conduzem-nos a perceber que as buscas pela fé ou pelo sexo alimentam a insaciabilidade humana e se retroalimentam pelo gozo proporcionado pelo encontro com cada uma. Ao comparar a abertura do livro sacro com o despimento preliminar ao ato sexual, João Imaculado coloca a sede por religiosidade e os prazeres da carne como similares, além de sugerir que cada um tem a liberdade de buscar seu nirvana particular entre instâncias que se reprimem e se atraem, trazendo, portanto, o sexo à existência. Valendo-se do mesmo jogo semântico, o narrador-personagem cita a roupa do massagista cujas cores do traje aludem às do Vaticano, uma das instituições mais empenhadas em perseguir a sexualidade.

A antítese relativa ao uso da vestimenta na sauna destinada a encontros sexuais convive com o paradoxo a partir do momento em que o santificado se imiscui ao prazer sexual, se recusam e se censuram mutuamente:

Bernardo reapareceu. Vestia uma camiseta branca e uma bermuda amarela. As cores

do Vaticano. Pensei em lhe dar a informação ao longo da noite. Enquanto ele risse, eu lhe roubaria um beijo na boca, tocando minha língua na sua. Mas onde estaríamos em Porto Alegre, pra que nos fosse permitido tal atrevimento? Onde, que não fosse um recinto semiclandestino ou em esgotos pura e simplesmente? (AEA, p. 64).

Ainda em relação ao estabelecimento paradoxal sacro/profano, o protagonista alinha uma cena bíblica ao momento em que foi entorpecido, espancado e roubado por um michê:

Sei que o garoto levantou-se e eu cá da cama e peguei em suas pernas. O que significa a minha posição assim de súplica? Talvez uma cena bíblica. Enrolado em um lençol, eu parecia um leproso implorando por um milagre. Ou um sujeito, já incapacitado para os movimentos, passando o tempo a rastejar aos pés da juventude iluminada (AEA, p. 70).

Ao se colocar de joelhos, atitude que indica súplica, subserviência, mas também o desejo por recompensa ou graça a ser alcançada, João Imaculado equipara a busca pela salvação a um pedido de clemência. A narrativa envereda pela lógica remissiva dos atos confessionais, a buscarem absolvição, mas se impulsiona às condenações, se não proibições, sociais, que tomam forma de castigo quando, depois da internação hospitalar, o protagonista morre, ganha sepultura e, após desenterrá-lo, por meio de rituais aprendidos com um coveiro, o engenheiro o ressuscita, em outra situação comparada com fatos bíblicos:

Eu me revelava um Lázaro, só que ninguém deveria saber. A vida que gritava agora iniciava a partir da ressurreição. Portanto, já não devia nada a ninguém que por mim passara antes de eu falecer. O engenheiro me chegou feito aparição no poço do túmulo e fez o que Deus nunca fizera por mim, Aliás, o engenheiro tornara-se Deus na minha ótica de fiel desprotegida. A vida antes da morte não contava mais (AEA, p. 88).

O trecho demonstra que, enfim, ressurreto, Imaculado viveria, numa esfera divina, o seu amor com o engenheiro, pois esse teria se convertido em Deus ao lhe devolver a vida. O paralelo com a deidade revela novamente a inclinação para a fé cristã, embora o cristianismo fosse base fundamental para “justificar” intolerâncias quanto à sua orientação sexual. Ele se tornará mulher, de forma que a morte, aliada ao desaparecimento enquanto homem cisgênero de orientação sexual não fixável, confirma assertiva de Foucault (1988) sobre a negação das sexualidades desviantes: “[...] não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação. O poder oprime o sexo exclusivamente através de uma interdição que joga com a alternativa entre duas inexistências” (p. 81).

Sinais de outras coibições encontram-se quando a agora personagem-narradora e o engenheiro, para conviverem como um casal, mudam-se a localidade afastada, como se percebe: “Fomos de táxi até a casa que ficaria sendo nossa, para lá da periferia da cidade, na mata –, contou-nos o motorista, mata que a partir dali começava a se adensar muito pouco a pouco. Entramos na casa de alvenaria, só reboco” (AEA, p. 80-81). A interdição leva ao isolamento em local distante da censura e da vista alheias, de maneira que a vivência da identidade de gênero, assim como havia requerido a morte do

protagonista, suscita adequação à mesma recorrência proibitiva que, segundo Foucault (1988), exige abdicar de si mesmo, sob pena de o sujeito acabar suprimido de alguns espaços ou da vida mesma.

Sublinhemos que a personagem-narradora já notava inclinações femininas em si mesma desde criança:

Nos meus verdes anos, à hora do banho, eu subia nu na borda da banheira para me ver no espelho. Botava a mão fechada sobre o sexo, tapava-o para me imaginar mulher. Se eu conseguia? Sim, desde que a minha mão ficasse no seu posto, ajudando-me assim na súbita conversão (AEA, p. 104).

A citação revela o trânsito de gênero como consumação daquilo que, idealizado na mente do menino, contudo, lhe era negado concretizar ou expressar. Após a ressurreição, livre talvez das amarras do corpo físico, não mais precisa da mão que lhe escondia o órgão genital. Como sinal da mesma necessidade de fugir aos olhares censores, quando anteriormente havia reencontrado um amigo no passado, assim o narrador-personagem manifestara o seu pensamento:

Enquanto eu e aquele homem na calçada fugiríamos em fins de semana para acampar em São José dos Ausentes. Estávamos ambos sem a aliança bendita na mão esquerda. E aquilo determinaria a nossa emancipação da família, família que nós mesmos tínhamos constituído. [...] olhávamos para os nossos dedos sem mais a algema dourada. Pensei em lhe aplicar um agrado. **Afago**, talvez ainda não. Talvez só um **aceno** quase imperceptível. Um agrado não ousei (AEA, p. 43-44, grifos nossos).

No trecho citado, Noll proporciona curioso jogo de palavras, a exemplo do que fizera com o nome da personagem central. Se “imaculado” antagonizava-se ao estilo de vida de João, a cidade sulina de São José dos Ausentes evoca condição de distanciamento, ideal para quem vive em sociedade repressora. Para se referir às alianças de casamento que ambos utilizavam (cada qual representando seu respectivo casamento), o protagonista tinha-se valido do termo “bendita”, a menos soar como qualificação positiva do que como uma forma irônica. O emprego da expressão religiosa reitera forte presença da moral cristã, que lhe fora apresentada desde a infância, se retomados especialmente o episódio do manual de conduta sexual escrito pelo padre, e o ensinamento de que o sexo deveria ocorrer somente entre um casal heterossexual, com a finalidade da procriação.

Essas ideias conduzem à reprodução de comportamentos balizados pelos sacramentos da igreja católica, vistos como normais na sociedade, a exemplo do casamento, mesmo se fosse apenas uma união de fachada, tal como a de Clara e Imaculado:

Não tínhamos sexo entre nós dois há mais de cinco anos. Ela parecia estar bem desse jeito. Eu, sem dúvida sim. Pelo menos não parecia se sentir vítima do desinteresse de um marido veado. Diga-se, ela nunca me pediu para demitir o peão. Ele continua lá, sempre me tentando. Mas veado ou não, o compromisso implícito de foder a longo prazo com alguém, pelo menos enquanto a relação perdure, esses megaplanos conjugais me deixavam cabreiro, embora eu mesmo tivesse caído em um, ao lado dela [...] dormíamos em camas separadas, se bem que no mesmo quarto. O dormir no mesmo quarto representava a construção de um quadro familiar sólido, diante do filho adolescente (AEA, p. 40-41).

Ao afirmar que a mulher parecia estar bem, mesmo traída com o peão da fazenda, o narrador-personagem questionava comportamentos esperados, e transgredidos pela atitude da esposa. Levemos em conta a observação de que violar obrigações relativas ao casamento ou usufruir de prazeres considerados estranhos constituíam atos passíveis de condenação, visto que: “Na relação dos pecados considerados de maior gravidade estava o estupro (assim categorizada toda relação sexual pré-matrimonial), o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal, e também a sodomia ou a ‘carícia’ recíproca” (FOUCAULT, 1988, p. 39).

A narrativa citada a seguir inclui um tipo de relação sexual que velado, pertence ao universo da subjetividade, da imaginação, portanto, impõe-se como assunto a ser evitado, um dos três motores da “lógica da censura”, conforme a reflexão foucaultiana:

A imagem se aprontava para entrar como que a postos no seu camarim. Ela tinha vida independente do imaginário de quem a convocara. Por mais autonomia que a figura mental tivesse conquistado, a fonte inegável desse delírio em forma de volúpia era uma lacuna da minha própria alma. A dona do hotel deveria responder estritamente ao que eu esperava dela: a acolhida da fome escusa da minha genitália. Uma acolhida que poderia resultar até em boas performances de ambos. Essa mulher possivelmente cultivava também nos interiores um outro plano imaginário, um outro espectro carnal. Quem seria o quarto personagem naquela cama de hotel? Quem a mulher evocava? Um ato de foder resultava assim em um rito de vários convivas. Até mais de quatro. Durante uma mesma conexão carnal, o meu corpo imaginário de eleição poderia ser trocado por outro e outros mais. Mas, nenhuma conjunção se deu entre mim e a dona de hotel. Nem ao menos um agrado. Muito menos **afagos...** Um **aceno...**, será? (AEA, p. 33, grifos nossos).

Da descrição dos envoltórios supostamente acontecidos entre a dona do hotel e a personagem central, então em corpo masculino, emerge a justificativa do autor, contemplada em outros momentos, ao título do seu romance, que inverte os termos grifados, em relação à ordem como aparecem no decurso narrativo. **Afagos** e **acenos** contrapõem-se a proibições e negações sofridas pelas sexualidades desviantes, assim como se esquivam ao impedimento de se tocar no tema, outro pilar da “lógica da censura”, conforme pensada por Foucault (1988). *Acenos e afagos* (NOLL, 2008) transcende resquícios ainda vigentes dos códigos de controle das práticas sexuais instituídos ao final dos anos de 1700 – a lei civil, o direito canônico e a pastoral cristã –, explorados na presente leitura. Ao se valer da imaginação para extravasar intensa necessidade de prazer, o narrador-personagem, e também personagem-narradora, demonstra que variados elementos de sujeição não se tornam capazes de exercer pleno domínio sobre a sua existência duplicada, essas vidas onde a sexualidade prolifera em atos e discursos, nos quais reverbera a força insubmissível da linguagem.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13. ed. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque, José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

JIMENEZ, Michele de Oliveira. *Ressurreição e Acenos e afagos*: um estudo das masculinidades em Félix e João Imaculado. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Paraná, 2011.

MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: N1 Edições, 2017.

NOLL, João Gilberto. *Acenos e afagos*. Rio de Janeiro: Record. 2008.

André Luis Mitidieri

Professor Titular (Pleno) da UESC, atuando no Curso de Letras e no PPGL - Linguagens e Representações. Lidera o Grupo de Pesquisa O Espaço Biográfico no Horizonte da Literatura Homoerótica e dirige o Programa de Extensão Revisões do Cânone. Membro do GT Homocultura e Linguagens da ANPOLL. Possui Graduação em Letras pela URCAMP e em História pela URI-FW, Mestrado e Doutorado em Letras, pela PUCRS, Pós-Doutorado em Estudos Literários, pela UFRGS.

Email: almpereira@uesc.br

Donato José do Prado Neto

Mestrando em Letras pela UESC, possui Especialização em Metodologia do Ensino da História com ênfase em Cultura Afro-Brasileira pela FAC e Licenciatura em História pela mesma instituição.

Enviado em 30/05/2019.

Aceito em 30/07/2019.